

COMEMORAÇÕES DO 25º ANIVERSÁRIO DA ORDEM DOS ECONOMISTAS

O Papel dos Economistas no Portugal de Hoje

Sessão de Abertura

Fundação Calouste Gulbenkian, 27 de outubro de 2022

Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva

Sua Excelência, Senhor Presidente da República,
Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas,
Senhor Dr. Vitor Constâncio,
Senhora Drª Manuela Morgado,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Iniciarei pelo impacto das crises!

Vivemos tempos difíceis!

Tempos em que a economia sofre o impacto de dois choques sucessivos, que não têm paralelo na história recente: **a pandemia e a guerra.**

Ao contrário da crise anterior (sub prime), cujas origens se encontram no próprio funcionamento da economia, estamos agora perante consequências de fenómenos de natureza exógena:

- primeiro uma pandemia,
- agora, uma guerra que tem na sua base motivações eminentemente políticas: ambições de poder, na tentativa de voltar atrás na História e de reconstruir a grandeza de um império perdido.

Contudo, estes choques fazem-se sentir sobre a economia e determinam que o problema da escassez – eterno problema a que a economia é chamada a responder – seja sentido com novos contornos e com uma nova acuidade.

Vivemos tempos em que os decisores, seja a nível macroeconómico, seja a nível empresarial, se confrontam com uma situação extremamente complexa e não menos adversa.

Pelas responsabilidades que assumo enquanto líder da CIP, preocupo-me, naturalmente, com a situação que as empresas vivem neste momento.

As perspetivas de recuperação, no rescaldo da crise pandémica, foram ensombradas pelo impacto da guerra, que veio tornar dramático o que já era grave.

A escalada nos preços do gás natural (e, por arrasto, da eletricidade), dos combustíveis, de matérias-primas industriais e agrícolas, as disrupções nas cadeias de fornecimentos, eram já problemas que se faziam sentir. Previas-se que tivessem uma natureza temporária, podendo manter-se sob controlo, à medida em que os desequilíbrios que se vinham a observar nos mercados internacionais se fossem corrigindo. Pelo contrário, tomaram, desde a eclosão da guerra, proporções tais que põem em causa a própria sobrevivência de muitas empresas. Enraizaram-se, e alastraram, fazendo ressurgir a inflação, com características mais estruturais e mais difíceis de dominar.

Os aumentos dos custos e a inflação que geraram estão a induzir um movimento recessivo, pela erosão que causam no poder de compra dos consumidores, com uma inevitável retração do consumo privado.

Por outro lado, a escalada dos custos afeta também, de forma bem direta, as empresas. Não é só o rendimento real dos consumidores que vai sendo corroído, é também as margens das empresas, uma vez que os aumentos dos custos não estão a ser repercutidos plenamente nos preços. As empresas estão, por esta via, a travar a inflação, mas não poderão continuar, por muito tempo, a fazê-lo.

E que respostas à crise?

Tudo isto exige dos decisores políticos e empresariais respostas urgentes, enquanto os riscos se vão avolumando e transformando em realidade.

Respostas difíceis, quando têm de equacionar objetivos conflitantes.

No que respeita à política monetária, os bancos centrais confrontam-se com a sua missão de assegurar a estabilidade dos preços, mas os instrumentos que estão ao seu alcance são inadequados para combater eficazmente uma inflação causada por um choque da oferta sem deitar por terra as perspetivas de recuperação das economias.

No confronto entre o combate à inflação e o combate à recessão, o primeiro objetivo está a ser privilegiado.

O reputado economista Paul Krugman diz-nos que a contração económica nos Estados Unidos precisa ser maior que a atual para controlar a inflação. Do Banco Central Europeu dizem-nos que, mesmo se entrarmos em recessão, não temos outra escolha que não seja continuar no caminho da normalização. Isto porque se houver a perceção de que os bancos centrais estão a baixar a guarda devido aos riscos para o crescimento económico, então corremos o risco de ver, mais à frente, uma correção mais acentuada. O Banco Central Europeu vê-se confrontado com uma dificuldade adicional, porque a sua atuação dirige-se a 19 economias com políticas orçamentais distintas, dívidas públicas de dimensões muito díspares e mercados financeiros ainda não totalmente integrados.

Neste contexto, a coordenação entre as políticas orçamentais e a política monetária assume uma importância crucial, mas também se confronta com dificuldades e dilemas.

Políticas abertamente expansionistas, nomeadamente de carácter transversal, comprometeriam os resultados da política monetária para conter a inflação e levariam a medidas ainda mais restritivas por parte dos bancos centrais. Por outro lado, poriam em risco a sustentabilidade das finanças públicas. A reação dos mercados às medidas anunciadas pelo Governo britânico, que acabou por cair, fornece um argumento de peso contra este tipo de políticas.

No entanto, entre o voluntarismo irrealista e a inação vai uma distância. Tudo quanto os governos possam fazer será sempre insuficiente. Mas a política económica importa, podendo e devendo ser manejada de forma a contrariar evoluções indesejadas.

Os desafios de fundo

Acresce que, pese embora a gravidade e a urgência do momento, não nos podemos esquecer dos desafios de fundo que permanecem e marcam incontornavelmente o futuro das empresas e da sociedade: os desafios da transformação digital e tecnológica, dos mercados globais, do endividamento, da sustentabilidade ambiental, da demografia.

Também a nível nacional, a pandemia e a consequente crise que provocou, a par da nova crise desencadeada pelo impacto da guerra na Ucrânia, não fizeram desaparecer estes desafios, antes os tornaram mais prementes.

Se o desafio da inovação e da transformação digital e tecnológica impunham já a necessidade de requalificação ou mesmo reconversão profissional, agora, essa necessidade torna-se ainda mais urgente. A pandemia veio sedimentar ainda mais a onnipresença de novas tecnologias na forma como trabalhamos, tornando mais urgente o processo de transformação de competências que já se vinha a desenhar.

O desafio dos mercados globais também se mantém. A excessiva rigidez que estava a caracterizar muitas cadeias de valor será reapreciada pelos seus diferentes elos. Mas o relançamento industrial, que deverá estar no centro da recuperação económica, precisa de mercados externos abertos e dinâmicos, onde as empresas possam provar o seu dinamismo e as suas vantagens competitivas.

Se o endividamento, era já, no rescaldo da crise anterior, um forte constrangimento a um relançamento do investimento, o seu agravamento, decorrente do recurso a muitas das medidas que foram concebidas, colocou as empresas numa posição ainda mais fragilizada. São, por isso urgentes medidas que favoreçam o reforço de capitais das empresas.

Vai ser necessário que não se perca o foco nos imperativos da sustentabilidade ambiental, designadamente os da transição energética e da economia circular. A guerra tornou claro que, durante muito tempo, a Europa descurou a emergência de dependências energéticas face a determinados mercados, nomeadamente a Rússia. O caminho da diversificação dos mercados não basta. É preciso acelerar o caminho da diversificação das fontes de energia, substituindo gradualmente os combustíveis fósseis por fontes renováveis. Novos equilíbrios vão ser

necessários, a par de um forte pilar económico, para conciliar a preservação do planeta com competitividade empresarial.

As tendências demográficas continuarão a exercer, num horizonte temporal alargado, um impacto profundo no crescimento económico, no mercado de trabalho, nos sistemas de saúde e de segurança social, trazendo ameaças, mas também oportunidades, por exemplo em termos da inovação tecnológica e do desenvolvimento das ciências da vida, bem como ao nível dos mercados que se geram com novos produtos e serviços.

Não podemos perder de vista que tão importante como responder à atual situação de emergência, ajudar as empresas a resistir e capacitá-las para recuperar, é criar as condições para que possam transformar a nossa economia.

Fundos europeus

Os fundos europeus são um importante instrumento que deve ser colocado ao serviço desta estratégia de transformação. As verbas disponíveis nos próximos anos, de carácter inédito e seguramente irrepetível, mas sempre escassas, constituem uma janela de oportunidade que deve ser corretamente utilizada.

Na sua aplicação deverão estar presentes dois grandes objetivos:

- mais e melhor investimento privado e,
- mais e melhores qualificações da população ativa; em coerência com as opções estratégicas europeias, mas enfrentando os problemas que travam, e nalguns casos bloqueiam, a produtividade e o crescimento da nossa economia.

Tal implica que as medidas dirigidas às empresas tenham um peso consentâneo com o papel central que, forçosamente, desempenham na recuperação e sobretudo na transformação da nossa economia.

Tal implica, também, que a utilização destes fundos se dirija a medidas de carácter estrutural, evitando o desvio destes recursos para medidas de carácter corrente.

São conhecidas as críticas que tenho tecido ao excessivo enviesamento da utilização dos fundos europeus para o investimento no setor público ou através do setor público, resultando na menorização do papel das empresas.

No investimento público, é preciso assegurar que os fundos se dirigem prioritariamente para investimentos orientados para o fomento da competitividade e internacionalização da economia e não para equipamentos e serviços básicos, que caberá ao Orçamento do Estado financiar.

No que diz respeito às medidas dirigidas às empresas, o Portugal 2030 deverá ser aproveitado para a implementação de mecanismos de simplificação e de alinhamento dos incentivos com a lógica empresarial de investimento, sem prejuízo, naturalmente, das opções de política pública da responsabilidade dos governos.

Reformas

Para além da reorientação das políticas económicas, a transformação da economia exige reformas. Reformas que atuem do lado da oferta da economia, combatendo os obstáculos a uma produção eficiente e ajudando assim a aumentar a produtividade, o investimento e o emprego.

Em Portugal, identificamos facilmente muitos destes obstáculos, que sucessivos governos não têm conseguido resolver: uma fiscalidade opressiva e instável; uma administração pública ineficiente, que se reflete em burocracia injustificada, morosidade nos processos e hiper-regulamentação; uma justiça lenta e ineficaz.

Assim, entre as reformas estruturais que devem integrar uma estratégia de transformação e crescimento da economia, destacaria três: reforma Fiscal, reforma da Administração Pública e reforma da Justiça.

No domínio da fiscalidade, é necessário inverter a tendência de aumento da carga fiscal sobre a economia e atenuar os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável, tornando-o mais competitivo, mais previsível e simples, por forma a relançar duradouramente o investimento.

Não bastam medidas desgarradas, precisamos de uma reforma profunda da fiscalidade, que proporcione um quadro legal mais simples, transparente, coerente e compreensível.

Quanto à reforma da Administração Pública, não se poderá limitar a um esforço de modernização e de investimento público nas tecnologias digitais e nas ferramentas informáticas. O objetivo é que os serviços públicos sejam reconhecidos pela sua utilidade e pela importância que têm para a sociedade. Para isso, a Administração Pública terá de se reorganizar de uma forma lógica, em função do serviço que presta.

A reforma deverá incidir, igualmente, na eliminação dos entraves burocráticos que mais afetam as atividades económicas. Importa que não se tomem novas medidas que acrescentem mais procedimentos e exigências que não se coadunam com a realidade em que as empresas vivem. Para tal, torna-se necessário que a avaliação de impacto das propostas de legislação seja levada a sério, com consequências sobre o próprio processo de produção legislativo.

Finalmente, a reforma da justiça é consensualmente tida como uma das mais importantes de que Portugal carece. De facto, entre os fatores que minam a competitividade das empresas e a atratividade da economia encontram-se os graves problemas decorrentes do funcionamento do sistema judicial.

A reforma da justiça deverá ter como foco os cidadãos e a necessidade de restaurar a sua confiança nas instituições, mas não poderá deixar de incidir na justiça económica, na medida em que condiciona o regular funcionamento das empresas e as decisões de investimento.

O papel dos economistas

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Qual o papel dos economistas, neste difícil e complexo contexto?

Qual o papel dos economistas no desenho das políticas económicas, na gestão dos recursos que são postos à nossa disposição, na conceção de reformas?

Qual o papel dos economistas no desenho das estratégias empresarias?

Tudo isto exige conhecimentos e competências nas diferentes áreas em que se desdobra a atividade económica. Conhecimentos e competências que devem ser mobilizados, seja na dimensão pública, seja na dimensão privada, seja na articulação entre estas duas dimensões. Tudo isto exige, por isso, a participação dos profissionais que detêm esses conhecimentos e competências.

Dos economistas é esperado, em primeiro lugar, uma explicitação, uma interpretação, uma visão tão objetiva e rigorosa quanto possível sobre a realidade económica. Este é o ponto de partida fundamental para a ação.

A experiência recente que vivi nas discussões que conduziram ao Acordo sobre Competitividade e Rendimentos recordou-me bem a importância – e também a dificuldade – em fundamentar a ação sobre consensos em torno de matéria de facto.

Ao economista é pedida uma visão da realidade baseada na observação e interpretação de dados fiáveis; um diagnóstico tão objetivo quanto possível, sem o qual não poderemos construir qualquer terapêutica adequada.

Do economista é esperado, sobretudo, que analise e proponha soluções para problemas associados a escolhas de várias ordens, partindo do acervo de conhecimentos, teorias, modelos e instrumentos próprios da ciência económica. Estabelecendo, aferindo e explicitando as vantagens e inconvenientes de escolhas alternativas. Prevendo consequências – esta a maior dificuldade, sobretudo em períodos de inescapável e enorme incerteza, como aquela que atravessamos.

Não se espere do economista, enquanto tal, aquilo que é exigível do decisor: a responsabilidade na escolha e na ponderação dos objetivos de política económica ou empresarial. Essa é matéria que cabe, em última análise, ao decisor a quem foi conferida legitimidade para interpretar escolhas sociais ou corporativas.

Ao detentor do poder político, no caso da política económica; ao empresário, no caso da condução de uma empresa.

À política o que é da política, à economia o que é da economia, num diálogo constante, balizado por rigorosos princípios éticos e deontológicos.

É bem conhecido, a este propósito, o episódio que se conta sobre o presidente norte-americano Harry Truman, que chamou ao seu gabinete vários economistas para o ajudar a resolver uma questão delicada. O problema é que todos os economistas lhe davam sempre duas respostas para o mesmo problema: "On the one hand, this" e "On the other hand, that". Foi então que Harry Truman pediu ao seu chefe de gabinete que lhe fosse buscar um economista maneta. Truman queria decisões, não discussões, mas esquecia-se que a responsabilidade da decisão era, em última análise, a sua responsabilidade!

Aos economistas cabia enformar essa decisão.

Esse é o papel que cabe aos economistas. Não será pouco.

A gestão da recuperação económica e das reformas estruturais de que Portugal necessita exige a indispensável participação de profissionais com a formação, os conhecimentos e experiência adequados, de que a pertença à Ordem dos Economistas é referência e chancela.

Muito obrigado!